

Vantagens da Corrupção

13.11.52

Denuncia o sr. Assis Chateaubriand que, à maneira do que fez Perón na Argentina, se está tentando exterminar o rádio livre no Brasil. De que modo? Pela "canibalização", isto é, utilizando a concorrência das estações oficiais, cujos prejuízos são pagos pelos cofres públicos e cujos recursos são indefinidos, para arrancar das outras o seu pessoal e torná-las insuficientes como instrumento de propaganda comercial. A "Rádio Nacional", que pertence ao Governo Federal, não contente com exercer no Rio a sua concorrência desleal, estabeleceu uma sucursal em São Paulo e tudo está fazendo por asfixiar as demais estações, arrebatando-lhes os elementos profissionais e artísticos.

Não quer o sr. Assis Chateaubriand fazer ao sr. Getúlio Vargas a injúria de acreditar que lhe caiba a diabólica iniciativa e prefere atribuir a responsabilidade dela aos diretores da "Rádio Nacional". E pergunta: "Onde a "Nacional" vai buscar estas somas fabulosas? Donde saem os milhões de cruzeiros para o assalto cobarde, que malfeitores, apontados a dedo, levam a cabo em São Paulo e também aqui (no Rio) contra as nossas rádios e as outras empresas?"

Compreendemos que não convenha ao articulista envolver diretamente o sr. Getúlio Vargas na questão. Quer deixar-lhe uma frincha por onde este possa voltar atrás, em atenção aos serviços que lhe prestaram e continuam prestando os "Diários Associados". Mas sabe ele, melhor do que nós, que o sr. Getúlio Vargas está apenas realizando o seu programa de destruir ou por qualquer modo inutilizar todos os instrumentos democráticos. Já terá, porventura, esquecido o inconstitucional decreto, mediante o qual o Presidente da República passa a exercer uma verdadeira ditadura pessoal sobre as rádio-comunicações? E estará deslembado do decreto lei feito sob medida e subscrito pelo então ministro Agamenon Magalhães, na ocasião em que os "Diários Associados" estavam empenhados na primeira campanha do Brigadeiro?

Não, o sr. Assis Chateaubriand bem sabe donde parte o presente golpe, mas convém-lhe fingir que o ignora. Sabe também que campanha semelhante à desencadeada agora contra o rádio livre, se está exercendo contra a imprensa independente e, precisamente, com os mesmos processos. Com dinheiro farto, cuja origem se desconhece, fundam-se e mantêm-se fastosos jornais, com os quais dificilmente podem concorrer os que vivem de recursos normais. Ignore-o o sr. Assis Chateaubriand, se o quiser; mas sabem todos que um dos pontos capitais da política do sr. Getúlio Vargas é, justamente suprimir a liberdade de crítica. "A alma infernal que arquitetou a extinção das rádios livres" não é, como diz o jornalista, "um vilão, nascido fora do Brasil, de sangue árdena, sem nada de comum com os da terra". Este será, quando muito, um instrumento.

Isto pôsto, desejaríamos convidar o sr. Assis Chateaubriand e outros diretores de jornais, a um momento de reflexão. Sabem eles que o nosso regime político não passa de uma ditadura constitucional. Nem a imprensa, nem o rádio, nem o Congresso podem exercer sobre o governo nenhuma influência. Eleito e empossado o Presidente da República, erige-se este em verdadeiro soberano, que passa a dispor direta ou indiretamente, legalmente ou extra-legalmente dentro do orçamento ou a margem dele de recursos quase limitados, para comprimir, corromper e comprar. Em tal sistema, reduz-se grandemente a significação política da imprensa e do rádio. Que importa, assim, a quem esteja solidamente instalado no governo a prazo fixo, o que dele possam dizer os órgãos da opinião

pública? Não importa muito, mas apoquentada, irritada. Surgem então os variados meios para corromper ou sufocar os órgãos da opinião pública.

Há, porém, um outro regime, já praticado no Brasil e vigente em todas as verdadeiras democracias, exceptuada uma ou duas, em que o governo depende estreitamente da opinião pública e contra ela não se pode manter, em que a fiscalização dos dinheiros públicos é efetiva, em que a compressão se torna impossível e a corrupção muito rara, em que a imprensa exerce uma extraordinária e decisiva influência, em que a liberdade não pode sofrer eclipses em suma, há um regime verdadeiramente democrático. É o sistema parlamentar de governo.

Não seria, pois, de presumir que a este dessem a sua preferência os jornalistas? Parece evidente. Entretanto, os diretores de alguns grandes jornais defendem o presidencialismo contra o parlamentarismo, o governo pessoal e sem contraste efetivo, contra o governo coletivo e aberto sempre a todas as investigações, a ditadura legal contra a democracia real. Como explicar semelhante contradição, como compreender que, a um regime onde a imprensa pode exercer uma influência decisiva sobre o andamento da coisa pública se prefira um regime em que tal influência se reduz a muito pouco? Não o sabemos, mas desconfiamos que, se a opressão incomoda às vezes, a corrupção tem as suas vantagens...